

Fernanda Di Flora*
Pedro Luiz Lima**

Junho de 2013 suscitou reações imediatas no calor dos acontecimentos e nos anos seguintes, ora de júbilo triunfalista ora de condenação catastrofista. No abrangente campo das interpretações do Brasil, assim como em boa parte da pesquisa acadêmica especializada sobre movimentos sociais, predominaram as reações unilaterais. Parecia haver pouca margem para leituras nuançadas, pouca margem para enfatizar ambivalências naquela conturbada sequência de eventos históricos. Junho de 2013 teria sido um só, ou não teria sido nada.

Passados dez anos, e tendo a vida política nacional experimentado um sem número de retrocessos e reviravoltas, parece-nos que estamos em terreno mais firme para, enfim, voltarmos o olhar para Junho de 2013 com maior rigor e acuidade histórica. Considerando que grandes eventos históricos tendem a ganhar novos sentidos ao longo do tempo, este dossiê busca superar os binarismos imediatistas e participar de um esforço coletivo para reapreender a complexidade do ciclo de manifestações.

Diante desse desafio, parece-nos interessante reafirmar um pressuposto básico das ciências sociais modernas, tantas vezes esquecido ou subestimado:

O número e a natureza das causas que determinaram qualquer acontecimento individual são sempre infinitos, e não existe nas próprias coisas critério algum que permita escolher dentre elas uma fração que possa ser considerada isoladamente. (Weber, 1999, p. 94).

Os critérios pertencem, evidentemente, a quem interpreta o evento. Assim como os recortes e os vieses.

Por isso, creditar a Junho de 2013 todo o fardo da recessão democrática que se lhe seguiu consiste em uma posição unilateral. Ao passo que é também precária a perspectiva que apenas enxerga ali um fundamento difuso de radicalização democrática, pervertido ou sabotado por atores exógenos que variam conforme as predileções de cada intérprete (ora a mídia, ora a esquerda institucional, ora o “sistema político”, etc.). É preciso, pois, evitar a inscrição do evento histórico em um esquema com linearidade causal. E, ao mesmo tempo, precaver-se do excesso de normatividade daqueles que, para salvaguardar a suposta essência democrática do fenômeno, isolam-no de tudo o que veio depois.

As falácias das argumentações em termos de “ovo da serpente” têm sido há muito criticadas (Lima; Sawamura, 2016). Talvez seja hora, passados dez anos, de questionar também os fundamentos das interpretações de Junho como “choque de democracia” (Nobre, 2013; Arantes, 2014; Braga, 2015; Safatle, 2017). E para além desses dois caminhos críticos, que miram a

* Professora Adjunta da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4997-8651>. E-mail: ferdiflora@uol.com.br.

** Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutorado em Ciência Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7830-5136>. E-mail: pedrollima@gmail.com.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons CC BY 4.0 Internacional, que permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir deste trabalho, desde que citem seus autores e a fonte original.

unilateralidade das interpretações mais difundidas nos últimos dez anos, resta ainda a tarefa de explorar as potencialidades e os limites das vertentes que trilham a direção oposta. Em vez de fechar o sentido dos eventos em chave positiva ou negativa, essas leituras enfatizam certa indeterminação, seja pela via de uma afirmação da “abertura societária” como efeito precípua de Junho (Pleyers; Bringel, 2015), seja pela via da reconstrução de um “mosaico” quase infinito de atores e movimentos (Alonso, 2023).

Ampliar o leque de nosso potencial crítico diante de Junho de 2013 e diante de suas interpretações consagradas – eis o propósito deste dossiê. Entendemos que não seria o caso de encerrar o debate. Muito pelo contrário, tratou-se de abrir algumas vias exploratórias para seguir adensando nossa compreensão do evento em particular e, através dele, da história do Brasil contemporâneo. Sendo esse o caso, parece-nos que o dossiê foi muito bem-sucedido.

Cumpre-nos, enfim, introduzir brevemente os artigos que compõem esse esforço coletivo de reinterpretar Junho de 2013. Alguns dos artigos apresentados a seguir compartilham uma abordagem processual sobre o ciclo de protestos, inserindo-o num contexto mais ampliado das tensões e ambiguidades latentes naquele momento histórico e refutando, portanto, a tese de um evento único, com pautas e atores estritamente delimitados.

O artigo “Dos gabinetes para as ruas: os antecedentes políticos da emergência do ciclo de confronto de Junho, 2011-2013”, de Rafael Souza, explora os antecedentes institucionais e extrainstitucionais que culminaram nos eventos de protesto de Junho de 2013. Enquanto muitas análises têm se concentrado na dimensão urbana, Rafael argumenta que Junho deve ser enquadrado em um contexto mais amplo de disseminação de diversos dissensos políticos que já circulavam nas ruas e nos gabinetes. Ele adverte que, ao focalizar exclusivamente a questão urbana ou do transporte, existe o risco de interpretar as outras pautas emergentes como desvios, outros grupos como estranhos ou anômalos, não os reconhecendo como componentes essenciais daquele momento. Ao abordar as origens de Junho, relacionando-as à fragilização da coalizção governista e às polarizações e conflitos preexistentes, o autor refuta a tese de que Junho foi “sequestrado”, destacando a diversidade das *performances*, dos atores e pautas que emergiram posteriormente nas ruas.

O artigo de Verônica Tavares Freitas dialoga com a abordagem processual de Junho feita por Rafael Souza, abordando suas consequências a partir da análise do aumento dos pedidos de intervenção militar, que se seguiu, nos anos posteriores, ao ciclo de protestos. Ao focalizar um grupo específico – os intervencionistas –, a autora enfatiza a existência de inúmeras pautas e atores integrando os protestos, recusando a perspectiva da existência do protagonismo de um grupo ou de uma pauta específica. Delimitada temporalmente entre os anos de 2011 a 2019, a pesquisa mostra como as lideranças que reivindicavam intervenção militar participaram dos protestos em diversos momentos e se fortaleceram no contexto das manifestações que tomaram as ruas, enquanto outras surgiram nos momentos imediatamente posteriores. As análises que afirmam a existência de uma “apropriação conservadora” das ruas em geral desconsideram a existência de grupos que já possuíam estruturas organizativas anteriores ao ciclo de protestos de 2013. Nesse sentido, a autora refuta a hipótese de Junho de 2013 como “ovo da serpente”, mostrando como, na realidade, houve uma abertura conjuntural que possibilitou a reordenação de diferentes grupos, inclusive dos intervencionistas.

Por sua vez, o artigo de Guilherme Benzaquen e Simone Gomes investiga as dimensões das violências coletivas no Brasil após as manifestações de Junho de 2013, destacando linchamentos, saques e quebra-quebras como parte de um repertório violento que foi mobilizado em distintos momentos. Ao adotarem os conceitos de “abertura” e “desbordamento societário”, os pesquisadores propõem uma análise que considera não apenas os eventos que precederam as manifestações, mas também os desdobramentos subsequentes, muitas vezes desvinculados das causas originais. O repertório violento, central na análise, reflete a recusa do institucional e a busca por demandas através da ação direta, desafiando o papel tradicional das organizações na mobilização coletiva. Entre as três formas desse repertório analisado no artigo, o quebra-quebra articulado à tática *black block* foi o mais expressivo, sendo mobilizado em variadas ocasiões por distintos atores. Para os autores, embora Junho e as violências coletivas não se equivalham, pode-se dizer que compartilham intersecções relacionadas ao contexto histórico, destacando a abertura societária que trouxe o conflito de volta às ruas.

Em “As imagens de Junho de 2013: uma disputa pelo Brasil”, Leandro Marinho aborda um elemento central das manifestações: a questão imagética. Tratando de um fenômeno largamente determinado pelas novas tecnologias informacionais, Marinho investiga as distinções no tratamento dado às imagens pela mídia tradicional e pelo então emergente circuito de mídia-ativismo no país. Seu artigo explora como, no calor dos acontecimentos, se travou o embate simbólico em torno dos sentidos das manifestações. E como os diversos atores político-midiáticos enquadraram diferentemente os mesmos eventos em conformidade com seus propósitos de conservação ou transformação radical do *status quo*. As imagens sobressaem, no artigo de Marinho, compondo um rico e plural inventário de Junho de 2013 como um terreno desde sempre em disputa.

Os embates interpretativos sobre um evento tão radicalmente polissêmico e controverso estão, evidentemente, contemplados em nosso dossiê. E podemos ilustrá-lo a partir da distinção entre o artigo de Mayra Goulart e Allegra Levandosky, de um lado, e o texto de Pedro Borba, de outro. Enquanto as autoras enfatizam que Junho de 2013 alavancou o sentimento antipetista nas mais diversas regiões do país, radicalizando-o e, no limite, inclinando-o rumo à sua deriva bolsonarista posterior, Pedro Borba, por seu turno, argumenta que seria precoce encerrar o sentido do evento histórico neste ou naquele ponto de seus desdobramentos. Para Goulart e Levandosky, a explosão de antipetismo já nas eleições de 2014 e a progressiva radicalização de sua presença nos discursos e no imaginário político nacional, culminando com a eleição de Bolsonaro em 2018, seriam suficientes para inscrever Junho como momento fundamental de uma história do antipetismo. Aveso a circunscrições mais estritas, Borba entende que Junho de 2013 foi um momento de aceleração histórica que teria transformado os modos tradicionais de atuação tanto da esquerda quanto da direita – e, nesse sentido, estaríamos ainda vivendo o impacto movediço daquele evento histórico. Evento cujas implicações devem ser analiticamente apreendidas com relativa prudência, posto que ainda seguem se transformando, ano após ano, na turbulenta vida política nacional.

Nesse espírito de abertura interpretativa, convidamos todas e todos para a leitura do Dossiê Repensar Junho de 2013. Que seja uma instigante leitura!

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. *Junho: a política de rua de Lula a Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BRAGA, Ruy. *A pulsão plebeia*. São Paulo: Alameda editorial, 2015.
- LIMA, Pedro; SAWAMURA, Mateus. O ovo da serpente? Fundamentos e variações da crítica ao componente conservador das “Jornadas de junho” de 2013. *Leviathan: Cadernos Pesquisa Política*, São Paulo, n. 13, p. 91-119, 2016.
- NOBRE, Marcos. *Choque de democracia: razões da revolta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- PLEYERS, G.; BRINGEL, B. Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. *Nova Sociedade*, v. 2015, n. 2, p. 4-17, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2078.1/172074>>.
- WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: WEBER, Max. *Max Weber – Sociologia*. Tradução de Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 1999.
- SAFATLE, Vladimir. *Só mais um esforço*. São Paulo: Três Estrelas, 2017.